

A prosperidade sem crescimento de Tim Jackson¹

Samuel Pessôa²

Gostaria de agradecer a Ricardo Abramovay o convite e a oportunidade de debater o livro perturbador de Tim Jackson. Organizarei este comentário em quatro seções. Na primeira e segunda, apresento o diagnóstico de Tim Jackson e, em seguida, suas propostas. Na terceira seção, procuro reler o conteúdo do livro empregando a linguagem de um economista. Finalmente, na quarta seção, apresento os motivos de não estar convencido da principal tese do livro, apesar de muito confortável com diversas outras proposições do texto.

DIAGNÓSTICO

O ponto de partida e hipótese fundamental do livro é que é impossível a humanidade continuar a crescer economicamente mantendo o estilo de vida das economias desenvolvidas ocidentais. O principal desequilíbrio que nosso crescimento produz é o excesso de emissão de dióxido de carbono, que produz o aquecimento global. Além deste problema, que é dramático e coloca em questão nossa sobrevivência enquanto espécie sobre o globo, há os problemas ecológicos mais corriqueiros, como destruição das florestas, acúmulo de detritos, entulhos e lixo em geral, esgotamento dos recursos minerais, entre inúmeros outros desequilíbrios que nosso padrão de desenvolvimento produz.

¹ Artigo escrito por Samuel Pessôa em resposta às ideias do livro “Prosperidade sem Crescimento — Vida Boa em um Planeta Finito”, de Tim Jackson. O texto foi apresentado por Pessôa em debate com Jackson no dia 30 de outubro de 2013 na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP. Moderado por Ricardo Abramovay, da FEA-USP, o encontro foi organizado pelo [Planeta Sustentável](#), com apoio do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP.

² Samuel Pessôa é professor de economia da FGV-RJ, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia e sócio da consultoria de investimentos Reliance.

A segunda hipótese do livro é que o desejo de consumir e o nosso padrão de consumo e comportamento são moldados socialmente e que não há ganhos apreciáveis em continuarmos a perseguir um padrão de crescimento econômico centrado no consumo. Por um lado, não é sustentável do ponto de vista do longo prazo e, por outro lado, não é satisfatório do ponto de vista individual.

Há um terceiro diagnóstico que me pareceu ser lateral ao argumento principal: de que a forma como estamos lidando com a crise global não é correta. Em vez de estimular a saída da crise com mais crédito e consumo deveríamos priorizar o investimento em desenvolver formas sustentáveis de crescimento.

PROPOSTAS

Para lidar com o problema do excesso de crescimento ou da incapacidade de nosso sistema de contas nacionais refletir corretamente o valor do crescimento, é necessário refazer nosso sistema de contas nacionais. No capítulo 8, há uma crítica ao sistema corrente de contas nacionais e, no capítulo 11, Tim propõe sua alteração. Essencialmente, o autor sugere que a forma como medimos o que produzimos, consumimos e investimos não considera o impacto de nossas ações sobre a deterioração do meio ambiente. É necessário que os sistemas de contabilidade nacional incorporem os ativos ambientais e que as medidas de produto interno bruto e de outros agregados da contabilidade nacional sejam corrigidas de forma a considerar estes efeitos.

É impossível não concordar. Parece-me que esta é uma agenda com que os economistas não têm, em princípio, muito problema. O aperfeiçoamento das contas nacionais é um projeto permanente em função da melhora das estatísticas, mas também em função das alterações da tecnologia e do ambiente econômico em geral. Por exemplo, recentemente as contas nacionais americanas refizeram toda a série de produto interno bruto, pois passaram a considerar uma rubrica de gastos das firmas, que antes eram contabilizadas enquanto gastos, na forma de investimentos. O resultado foi que, na nova série, o PIB, o investimento e o estoque de capital aumentaram. Os gastos que as firmas tinham com o desenvolvimento de software e a produção de patentes passaram a ser considerados investimentos e deixaram de ser gastos. Por este motivo o PIB cresceu 3% aproximadamente. O mesmo tipo de ajuste pode ocorrer com relação à acumulação e ao gasto de ativos ambientais.

Além destas medidas, Tim sugere que devemos limitar as jornadas de trabalho e colocarmos limites às emissões de dióxido de carbono, além de estabelecermos todo um conjunto de políticas públicas que desestimulem o consumo.

Finalmente, o autor aponta que estamos perdendo uma enorme oportunidade em não aproveitarmos o ativismo da política macroeconômica, natural e necessário em seguida a uma crise do porte da que se abateu sobre as economias em 2008, para estimular o investimento correto. Estamos fazendo o oposto. Estamos estimulando o mesmo padrão de consumo privado que, em última instância, foi o que causou a crise, por meio de excessos no mercado de crédito, e que do ponto de vista de longo prazo é ambientalmente insustentável.

MENSAGEM NA MINHA LINGUAGEM

Tentarei rephrasing a mensagem de Tim Jackson em uma linguagem mais fácil para um economista ortodoxo com eu.

Ele aponta que há duas falhas de mercado muito importantes na forma de funcionamento de nossa sociedade. A primeira é que, ao trabalharmos, consumirmos e investirmos não levamos em consideração os problemas ambientais. O nome que os economistas dão a estes problemas é externalidades. Nossas ações no espaço econômico produzem externalidades. Quando decido consumir um produto, pago um preço por ele que não considera os efeitos externos negativos sobre o meio ambiente causados pela produção e consumo do bem. O uso do transporte individual polui a cidade com monóxido de carbono, congestionando as vias públicas, além de contribuir para o aquecimento global com as emissões de dióxido de carbono. Impossível não concordar com Tim Jackson. As externalidades precisam ser corretamente precificadas.

Há uma segunda falha de mercado. Esta é bem mais sutil e polêmica. Se entendi corretamente, boa parte das decisões de consumo nas sociedades ocidentais modernas produz uma externalidade negativa. Ocorre que, nestas sociedades, ou ao menos para os setores mais afluentes destas sociedades, o consumo não gera bem estar. Para entender o motivo, devemos retomar o modelo padrão da teoria do consumidor.

O modelo básico da microeconomia supõe que o consumidor toma sua decisão de consumo de forma a maximizar o seu bem estar. O consumidor alocará a sua renda da

melhor maneira possível de forma a atingir o máximo bem estar. Este último é dado por uma escala de preferência que cada um carrega consigo. A hipótese importante para nós é que a escala de preferência que nós carregamos conosco é absoluta. Ou seja, mais renda gera mais consumo e maiores níveis de consumo mais níveis de bem estar. Nosso bem estar é absoluto no sentido que ele não é afetado pelo bem estar médio da sociedade. É esta hipótese que, penso, Tim Jackson critica.

Nossas preferências são socialmente determinadas. Muitos de nossos objetos de desejo os são simplesmente por que outros os têm. Um padrão de vida que prioriza o consumo claramente insustentável do ponto de vista ambiental segue normas sociais que foram sendo construídas em função do próprio movimento da economia. Temos que crescer para consumir mais e temos que fazê-lo, pois todos assim o fazem e, em última instância, na origem de todo este movimento há um sistema econômico que, para continuar a andar, necessita do lucro e do movimento gerado por ele mesmo.

Parece-me que Tim Jackson corrigiria o modelo da microeconomia padrão alterando a hipótese de preferência absoluta pela hipótese de preferência relativa. Nosso bem estar depende não somente do que consumimos, mas também do consumo médio da sociedade. Quando isto ocorre, o ato de consumo de um indivíduo eleva seu bem estar, mas reduz o bem estar de todos os demais membros da sociedade na qual o indivíduo se insere, pois eleva a média do consumo para cima. Neste caso, haveria duas falhas de mercado associadas ao ato de consumir:

- a primeira é a não incorporação nos preços dos bens de consumo dos custos ambientais de sua produção;
- a segunda seria a não incorporação no preço do bem de consumo do impacto negativo sobre o bem estar dos demais cidadãos que o ato de consumir acarretará.

A interpretação do consumo como uma ação posicional é compatível com a literatura que documenta não haver relação muito clara entre bem estar e felicidade por um lado, e renda e consumo por outro lado, para valores de renda acima de certo limite. Ou seja, depois de satisfeitas as necessidades básicas, deixa de haver clara relação entre bem estar e renda. Minha leitura desta literatura é que os resultados empíricos mais recentes não sustentam uma visão estrita da interpretação puramente posicional do consumo. Mesmo para elevados níveis de renda per capita, ganhos de renda produzem ganhos

adicionais de bem estar e felicidade. No entanto, o ganho de bem estar é fortemente decrescente com os ganhos de renda a partir de certo nível.

Não me oponho à visão posicional do consumo. Em última instância, esta é uma questão que pode ser (e, parece-me, tem sido) abordada empiricamente. Faz todo sentido que nós precifiquemos corretamente o consumo, incluindo não somente os custos ambientais, mas também possíveis efeitos externos, fruto do caráter posicional do consumo. Não teria nada contra medidas nesta direção, apesar de reconhecer que medidas que desestimulem o consumo em função desta externalidade negativa contrapõe-se em alguma extensão com o princípio de liberdade de escolha. Não sei como tratar este conflito e certamente não sou a pessoa correta para fazê-lo. Trata-se de assunto para um filósofo moral.

Finalmente, entendo a crítica à forma como estamos tentando sair da crise de 2008. Pouco investimento e muito consumo. De fato, a fórmula keynesiana tradicional sugere que a maneira mais eficiente seria estimular o investimento público. Tim Jackson propõe o investimento público em ativos e tecnologia ambientais. O investimento público tem impacto sobre uma economia deprimida mais direto do que o impacto das desonerações ou, mesmo, transferências diretas às famílias. Parte das desonerações ou das transferências não retorna na forma de demanda, que é o que precisamos quando a economia está deprimida. Em macroeconomês diz-se que o multiplicador fiscal do investimento é maior do que das outras formas de gasto público. Penso que este é um problema importante de desenho de política macroeconômica que não tem sido bem endereçado pelos *policy makers*. O investimento requer planejamento e projeto. Ou seja, ele tem que ser pensado muito antes da crise bater nas nossas portas. Quando ela chega, o Estado tem que ter tudo pronto e projetado para iniciar as obras ou os programas. Este não tem sido o caso. Quando a crise vem, os governos somente conseguem aumentar as desonerações e as transferências. Toda a governança do investimento público precisa ser alterada.

MINHAS DISCORDÂNCIAS COM TIM JACKSON

Diferentemente do autor de “Prosperidade Sem Crescimento”, não estou convencido que o problema seja o crescimento. É perfeitamente possível imaginar sociedades que cresçam pouco e que produzam ainda maiores desequilíbrios ambientais. Este era o

caso, por exemplo, das economias socialistas antes da queda do muro de Berlim em 1989. Ou seja, não se trata de uma discussão puramente intelectual. Há exemplos muito próximos a nós de sociedades de baixo crescimento ou sem crescimento, em geral, que produziam desequilíbrios ecológicos imensos.

O problema não está no crescimento ou em sua ausência. O problema está na falha de mercado. Não precificamos os custos ambientais de nossas atividades. Seja em economias de crescimento elevado ou não.

Como o próprio livro afirma à página 83, “The truth is, we haven’t yet tried that hard to achieve it”. Concordo com a visão padrão do Relatório Stern. Se corrigirmos as falhas de mercado, o progresso tecnológico resolverá o problema. Concordo com Tim Jackson, se o li corretamente, que, provavelmente o Relatório Stern minimiza os custos de enfrentamento do aquecimento global. Assim, sou mais pessimista do que o Relatório Stern, apesar de que, do ponto de vista conceitual, acredito ser possível um enfoque padrão para o problema. Isto é, por enfoque padrão entendo que os instrumentos tradicionais – tributos pigovianos e construção de mercados de carbono – são suficientes para lidarmos com o problema. Coloquemos os incentivos no lugar correto. O crescimento que houver será consequência. Não consigo entender a insistência de Tim Jackson em querer eliminar o crescimento. O crescimento não me parece ser a fonte do problema.

Na página 84, há um argumento que tenta justificar a impossibilidade do crescimento ser compatível com a sustentabilidade. Segundo Tim Jackson, um esforço de 2% ou 3% do produto para enfrentar o problema ambiental seria a eliminação do crescimento. O motivo é que, apesar de aparentemente pequeno, estes valores são da mesma ordem de grandeza do crescimento. Se tivermos que separar esta parcela do produto para a sustentabilidade, nada sobrar para o crescimento.

Parece-me que o argumento confunde nível com taxa. Suponhamos uma economia cujo PIB é de 100 unidades e ela cresce a 1% ao ano. No ano zero, o PIB será de 100, no ano 1 de 101, no ano 2 102, no ano 10, 110 e, assim, sucessivamente.³ Se tivermos que

³ Rigorosamente, no ano 10, será de 110,46 em função das taxas compostas de crescimento. Para facilitar o argumento, considero taxas de crescimento aritméticas e não geométricas.

separar 1% para investimentos associados à sustentabilidade ocorrerá que, no ano 10, o PIB será 109 em vez do 110. O esforço ambiental não elimina a capacidade de crescer. Simplesmente reduz permanentemente o nível do PIB.

Algumas passagens do livro parecem-me inconsistentes. Por exemplo, à página 95, sugere-se que a estratégia de somente tentar poupar energia é ineficaz, pois os recursos poupados com as novas tecnologias serão empregados no consumo de outros produtos que apresentam impactos ambientais. No entanto, sabemos que adotar estas novas tecnologias poupadoras de recursos naturais ou mais sustentáveis do ponto de vista ambiental é caro. Ou seja, a sociedade como um todo terá que gastar mais recursos para adotar estas tecnologias (é por isto que no exemplo do parágrafo acima, no ano 10, o PIB será de 109 em vez de ser 110). Ou seja, não sobrarão mais recursos para a sociedade. Se por algum motivo sobrar mais recursos aos indivíduos é por que não estamos precificando corretamente os bens do ponto de vista privado.

Ou seja, minha crítica mais central ao livro de Tim Jackson é que o problema não está associado à economia de mercado como a conhecemos – outras economias provavelmente produziram problemas ainda maiores – mas, sim, às falhas de mercado. E, parece-me, que a economia conforme a conhecemos está mais bem aparelhada para lidar com as falhas de mercado do que outras que possamos imaginar.

Há duas dificuldades fortíssimas ao endereçamento do problema. Primeiro, o fato de a comunidade internacional como um todo ainda não estar convencida de que temos um problema. Lembremos que não está claro para a população americana, por exemplo, se temos ou não um problema. O fato de o aquecimento global ter tido uma leve estabilização nos últimos quinze anos tem atrapalhado o processo de convencimento dos céticos. Enquanto não houver um consenso, acho difícil que as sociedades estejam dispostas a tomar medidas duras para mudar nossa plataforma tecnológica.

O segundo problema é de ação coletiva. Mesmo se houvesse o entendimento de todos a respeito da necessidade de perseguirmos um modelo de funcionamento da economia e da sociedade em geral mais sustentável, há o difícil problema de como concordar em dividirmos, entre os cidadãos do mundo, os custos da adoção da economia sustentável. Há diversas questões complexas. Como distribuir entre as diversas gerações este custo. Esta é a pergunta que o Relatório Stern procura responder. Adicionalmente, há o

problema de como distribuir entre os diferentes países e dentro dos países entre os diferentes indivíduos.

Sou pessimista. Certamente, como se diz com relação à operação da política monetária por bancos centrais, a humanidade ficará *behind the curve*. Quando algum consenso for construído os problemas já estarão acumulados.

30 de outubro de 2013